

Educação, cidades e infâncias desiguais

Samy Lansky

Propomos, por meio da produção de autoras e autores de distintas disciplinas e regiões do Brasil e de Portugal, dar visibilidade a estudos e pesquisas que analisam políticas e projetos de intervenção que consideram os modos de vida das crianças urbanas, os espaços que frequentam, a participação cidadã, os deslocamentos e as desigualdades, entre os muitos fatores relacionados com a educação. Pretendemos, neste número da revista *Em Aberto*, retratar como os diversos contextos interferem nas interações desse grupo com a cidade em que vive, além de destacar metodologias de pesquisa, experiências participativas de planejamento urbano e intervenções socioespaciais com crianças. A recente abordagem interdisciplinar que as infâncias vêm recebendo, especialmente nos campos da educação, do planejamento urbano, da sociologia, da antropologia, da geografia, entre outros, salienta a riqueza e reafirma a relevância desse debate. Reitera, ainda, a distinção entre os modos de vida infantis urbanos de acordo com a inserção social das crianças e suas famílias.

Desde a segunda metade do século 20, é possível encontrar produção acadêmica e intervenções urbanas que se opõem a um olhar “adultocêntrico” e homogeneizante para os espaços. No entanto, se, anteriormente, a socialização entre distintos grupos sociais era considerada importante dispositivo de combate às desigualdades e promotora da aprendizagem cidadã, recentemente, com os desafios trazidos pela pandemia, nos deparamos com orientações que preconizavam o distanciamento entre as pessoas para prevenir a contaminação. Esse fato põe em xeque todo um campo do pensamento social e urbano quando as dimensões do encontro passam a se configurar como perigosas não só ante o desconhecido, mas

também para a saúde. Nesse contexto, as desigualdades de oportunidades se acirram ainda mais. Se, por um lado, é possível encontrar características comuns entre infâncias em ambientes diversos, especialmente em suas brincadeiras e outras expressões da “cultura infantil”, por outro, vários autores têm chamado a atenção para a diversidade de experiências infantis, construídas social, espacial e historicamente. Os textos selecionados para esta publicação abordam essas questões com base em distintos temas e pontos de vista.

Na seção Enfoque, o autor Samy Lansky e a autora Maria Cristina Soares de Gouvea, no artigo “Infância e espaços urbanos: perspectivas de pesquisa e intervenção”, apresentam a produção acadêmica caracterizada pela interdisciplinaridade, pela construção de um aparato conceitual e de recursos metodológicos singulares e pela multiplicidade das temáticas de pesquisa. Tais referências vêm ancorando projetos e programas de intervenção urbana, a partir da defesa do direito da criança à cidade. O foco se concentra em análises nos campos da geografia, da arquitetura e do urbanismo, em diálogo com os estudos da infância.

Na seção Pontos de Vista, em seis artigos, os cenários examinados são majoritariamente as grandes cidades. Cinco são brasileiros (um da região Nordeste, um do Centro-Oeste, dois da região Sudeste e outro da região Sul), além de um artigo que analisa um contexto português. Interessante destacar a interdisciplinaridade de autores e autoras presentes nesta publicação, entre educadores, sociólogos, arquitetos urbanistas e pesquisadores das infâncias e das crianças.

O primeiro texto, “‘Lá ficava a minha casa’: a configuração social de crianças em processos de reassentamento na borda norte da cidade de Curitiba”, é resultado de pesquisa no âmbito do grupo de estudos sobre Território, Educação e Cidade (Teci), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nele, Avelaine do Rocio Mielniczki Fonseca e Valéria Milena Rohrich Ferreira analisam os efeitos dos problemas urbanos contemporâneos – como a gentrificação e o reassentamento de famílias de grupos populares por meio de políticas de habitação – na vida, no cotidiano e nas redes de afeto e solidariedade em Curitiba.

No segundo artigo, “Crianças nos espaços públicos de lazer: o caso de Fortaleza, estado do Ceará”, Alana Aragão Vasconcelos debate o conceito de Cidade Amiga da Criança e investiga a disponibilidade e a qualidade desses espaços mediante o cruzamento dos dados georreferenciados das áreas mais adensadas por crianças (0 a 12 anos).

No terceiro e no quarto artigos, o tema da mobilidade infantil nas cidades é abordado, especialmente quanto ao deslocamento entre moradia e escola. Numa abordagem sócio-histórica, Cristian Pedro Rubini Dutra e Fernanda Muller, em “A saída das crianças das ruas no século 20 em três países: Estados Unidos da América, Austrália e Brasil”, apresentam, por meio de um olhar socioeducativo, três contextos urbanos bem distintos, em que a presença e a circulação de automóveis opõem-se à circulação e à presença das crianças nos espaços públicos. Em seguida, Giselle Cerise Gerson e Paulo Afonso Rheingantz exploram as “Perspectivas da caminhabilidade em territórios educativos na Ilha do Governador, Rio de Janeiro”, buscando desenvolver uma escuta sensível e identificar os aspectos positivos e

negativos percebidos pelas crianças no percurso entre casa e escola. Os deslocamentos, principalmente a pé, dos professores e estudantes em ações educativas nas imediações das escolas podem contribuir para a aproximação e superação dos problemas entre a escola e sua vizinhança.

No quinto artigo, "Crianças, território e identidade: um estudo de caso de intervenção local num território vulnerável", Gabriela Trevisan, Mariana Carvalho, Cidália Silva e Manuel Sarmento apresentam a metodologia participativa centrada no direito das crianças à cidade e as atividades promovidas em espaço público de modo interdisciplinar, intergeracional e participativo, em Gondar, na cidade de Guimarães, em Portugal.

Encerrando a seção, o autor Levindo Diniz Carvalho e as autoras Luciana Maciel Bizzotto, Iza Rodrigues da Luz e Isabel de Oliveira e Silva, no artigo "Infância, pandemia e desigualdades socioterritoriais na Região Metropolitana de Belo Horizonte", procuram debater, mediante a escuta de crianças de 8 a 12 anos, a repercussão de suas experiências no contexto da pandemia do coronavírus, com foco especial em suas relações com a dimensão territorial e com o brincar.

Na seção Espaço Aberto, os "Desejos dos estudantes para o percurso casa-escola no mapeamento afetivo da cidade do Rio de Janeiro" são revelados por meio de mapas, tabelas, gráficos e outras estratégias de representação. Alain Lennart Flandes Gomez, Rafael Ferreira Diniz Gomes e Giselle Arteiro Nielsen Azevedo apresentam um projeto urbano construído coletivamente com estudantes de 6 a 15 anos da rede pública municipal. O resultado dá visibilidade às fragilidades, reconhece as potencialidades e apoia-se nas conexões representadas pelas relações entre os locais de moradia, os equipamentos urbanos e a vida na cidade.

A seção Resenhas contém duas contribuições. Na primeira, Lucas Vezedek analisa o livro *A cidade das crianças: uma nova forma de pensar a cidade*, de Francesco Tonucci, tradução lançada em 2019 do texto original de 1996. Destina-se a todas as pessoas que se interessem pela produção de uma vida comunitária que seja democrática, sustentável e comprometida com o bem-estar social. Na segunda, Solange Pacheco Ferreira apresenta a obra *Terreno baldio: um livro sobre balbuciar e criar os espaços para des acostumar geografias*, de Jader Janer Moreira Lopes, de 2021. Os conceitos e os termos apresentados pelo autor, reelaborados, oxigenados, recarregados de vida, nos fazem, em nossas vivências com crianças, dispensar os cristalizados topoadultocentrismos.

Na seção Bibliografia Comentada, para o leitor interessado, Marcia Cristina dos Santos traz um levantamento de livros, capítulos, artigos e teses com resumos informativos.

Ao apresentar o conjunto dos textos organizado em cinco seções, compreendemos que cada um deles pode ser lido separadamente, ou na ordem que bem aprouver a quem tiver em mãos este número temático da revista *Em Aberto*.

Samy Lansky
Organizador